

2001

Cadernos de Terminologia e Tradução n. 1

A constituição da
normalização
terminológica no Brasil

ISBN 85-86087-02-5

São Paulo
Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

2001



**A CONSTITUIÇÃO DA NORMALIZAÇÃO
TERMINOLÓGICA NO BRASIL**



USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi



**FFLCH – FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

Vendas

LIVRARIA HUMANITAS-DISCURSO

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – Cid. Universitária

05508-900 – São Paulo – SP – Brasil

Tel: 3818-3728 / 3818-3796

e-mail: pubfflch@edu.usp.br

<http://www.flch.usp.br/humanitas>



Humanitas FFLCH/USP – abril 2001

ISBN 85-7506-029-5

IEDA MARIA ALVES
(organizadora)

A CONSTITUIÇÃO DA NORMALIZAÇÃO TERMINOLÓGICA NO BRASIL

2ª edição

Humanitas
FFLCH/USP
2001

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO • FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Copyright 2001 da Humanitas FFLCH/USP

É proibida a reprodução parcial ou integral,
sem autorização prévia dos detentores do *copyright*

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP
Ficha catalográfica: Márcia Elisa Garcia de Grandi CRB 3608

C 758 A Constituição da normalização terminológica no
Brasil / Ieda Maria Alves (org.). – 2. ed. – São
Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.

58p. – (Cadernos de terminologia, 1)

ISBN 85-86087-02-5

1. Terminologia 2. Normalização terminológica
I. Alves, Ieda Maria, org. II. Série.

CDD 20^a ed: 418

Cadernos de Terminologia é uma publicação do CITRAT – Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Constituição da Normalização Terminológica no Brasil

n. 1

HUMANITAS FFLCH/USP

e-mail: editflch@edu.usp.br

Telefax: 3818-4593

Editor responsável

Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

*Coordenação Editorial, Projeto gráfico
e Diagramação*

Selma M^a. Consoli Jacintho – MTb n. 28.839

Revisão

da Autora / Kátia Rocini

SUMÁRIO

Apresentação

Ieda Maria Alves 7

Língua como estrutura como fato histórico-social: consequência para a terminologia

Francis Henrik Aubert 11

Linguagem documentária e terminologia

*Anna Maria Marques Cintra / Maria de Fátima
G. M. Tálamo / Marilda Lopes G. de Lara / Nair
Yumiko Kobashi* 17

Dicionário, vocabulário, glossário: concepções

Maria Aparecida Barbosa 23

Aspectos do trabalho terminológico na empresa

Danilo Alves da Cunha 47

APRESENTAÇÃO

Instalada pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), em 26-06-92, a Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia foi criada com o objetivo de desenvolver normas sistêmicas de Terminologia, de acordo com a orientação do TC 37 da International Organization for Standardization (ISO). Para a implementação mais adequada dos trabalhos da Comissão, três grupos de trabalho foram constituídos: 1. Princípios e Métodos da Terminologia; 2. Elaboração de Vocabulários; 3. Auxílios Informáticos.

O Grupo 2 incumbiu-se de traduzir e adaptar normas relativas à elaboração de vocabulários.

Aderiram a esse grupo vários profissionais que, em suas atividades, desenvolvem algum trabalho pertinente à análise terminológica – tradutores técnicos, documentalistas, professores e pós-graduandos vinculados às áreas de Lexicologia, Terminologia e Tradução, assim como profissionais que, em suas empresas, praticam alguma atividade relacionada com a terminologia.

Desde as primeiras reuniões, a heterogeneidade dos membros do Grupo 2 da Comissão revelou-se muito eficaz para o desenvolvimento dos trabalhos, pois as diferentes formações dos membros e, conseqüentemente, suas diferentes formas de contribuição, somente poderiam resultar num trabalho mais participativo, mais rico.

Aproveitando, assim, as diferentes contribuições dos membros do Grupo, organizamos, durante o primeiro semestre de 1993, uma série de quatro exposições a respeito de aspectos pertinentes à elaboração do trabalho terminológico.

As duas primeiras, apresentadas pelos Prof. Francis Henrik Aubert/João Azenha Jr. (Depto. de Letras Modernas – FFLCH/USP) e pela Profa. Maria de Fátima Gonçalves Tálamo (Depto. de Biblioteconomia – ECA/USP), representante do Grupo Temma, trataram de aspectos relativos à tradução e à análise documentária, respectivamente, e de suas relações com a terminologia. Outras duas exposições deram seqüência à série. A Profa. Maria Aparecida Barbosa e a pós-graduanda Catherine Carras (Depto. de Lingüística – FFLCH/USP) trataram dos aspectos lingüísticos da terminologia como também da elaboração de obras lexicográficas e terminológicas. O engenheiro Danilo Alves da Cunha (Associação de Cimento Portland) mostrou aspectos do trabalho terminológico numa empresa.

Os textos aqui reproduzidos retratam, portanto, as exposições apresentadas.

O texto do Prof. Francis Henrik Aubert, “Língua como estrutura e como fato histórico-social: consequências para a terminologia”, ressalta que, como o vínculo entre o código lingüístico e uma determinada visão-de-mundo não é absoluto, estável, ou perene, mas, ao contrário, varia e transforma-se incessantemente, essa transformação reflete-se, inevitavelmente, no trabalho terminológico.

Em “Análise documentária e terminologia”, as professoras Anna Maria Marques Cintra, Maria Fátima Gonçalves Tálamo, Marilda Lopes Ginez de Lara e Nair Yumiko Kobashi, do Grupo Temma, apresentam a relação estabelecida entre a análise documentária e a terminologia descritiva, enfatizando que a elaboração de linguagens documentárias fundamenta-se, quase sempre, em glossários e dicionários terminológicos.

O texto “Dicionário, vocabulário, glossário: concepções”, da Profa. Maria Aparecida Barbosa, aponta questões concernentes à caracterização da tipologia de dicionários e, ainda, problemas relativos à organização interna de cada um dos diferentes tipos de dicionários (dicionários de língua, dicionários terminológicos e glossários).

Em “Aspectos do trabalho terminológico na empresa”, o autor, o engenheiro Danilo Alves da Cunha, aborda aspectos da terminologia segundo a visão de um engenheiro civil que, além de seu trabalho numa empresa, participa ativamente das atividades da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

Ieda Maria Alves (USP)

Coordenadora do Grupo 2 (Elaboração de Vocabulários)

LÍNGUA COMO ESTRUTURA E COMO FATO HISTÓRICO-SOCIAL: CONSEQÜÊNCIAS PARA A TERMINOLOGIA

Francis Henrik Aubert

Muito da discussão que tem caracterizado os conflitos teóricos e metodológicos da tradução e muitas das armadilhas presentes na investigação e na normalização terminológicas são fruto de conceituações diferentes para os fenômenos da *língua* e da *linguagem* articulada humanas.

Em determinada vertente de reflexão, a linguagem e as línguas são vistas essencialmente como estruturas abstratas, como “esquemas algébricos”, repositórios de virtualidades se não infinitas, ao menos de extensão vasta e indeterminada. Nesta concepção, admite-se que “as línguas diferem naquilo que devem expressar, não naquilo que podem expressar.” (Jakobson, 1969). Por outro lado, por serem estruturas, as línguas são necessariamente diferentes entre si, em todos os seus níveis, não apenas em seus “rótulos” (*significantes*) como também em seus “conceitos” (*significados*). Assim, o termo *cabo*, do português, apresenta uma certa intersecção com o alemão *Kabel*, mas será impossível utilizar um pelo outro em todos os contextos de seus respectivos empregos (Maillot, 1975).

Em outra vertente, enfatiza-se nas línguas os seus aspectos de fenômeno social e histórico. Como tais, representam conjuntos variados de hábitos (“usos e costumes”) de comportamento verbal. Tais conjuntos de hábitos, consagrados na “norma”, isto é, nos padrões

de comportamento lingüístico tidos por aceitáveis pela comunidade, determinam um certo vínculo entre o código lingüístico em si e uma determinada visão-de-mundo, tendente, portanto, a constituir cada complexo *língua/cultura* como um todo infenso à interpenetrabilidade, à tradução, à consignação de equivalências e sinonímias translingüísticas. Nestes termos, cada língua é repositório de uma herança, de uma tradição, “do que se diz” e “do que não se diz”.

Ambas as conceituações, porém, prevêm um componente de instabilidade. Enquanto estruturas, as línguas não são monolíticas, não constituem algo pronto e acabado. São, isto sim, instáveis, “imperfeitas”. Há pontos da estrutura que apresentam sobrecarga (excessos funcionais, lexicais, etc.), como ilustra o caso do triplo amálgama funcional do pronome relativo *cujo* em português, que exerce, simultaneamente, as tarefas de pronome, de adjunto adnominal e de conjunção e que, por isso mesmo, torna esse pronome relativo sujeito às mais variadas flutuações de uso na fala corrente, em desvio à “norma escolar”.¹ Há outros que apresentam lacunas, que, com certa freqüência, justificam a criação neológica, ou as indistinções que, no processo tradutório, acabam exigindo complexas paráfrases ou o recurso, sempre arriscado, ao fator contextual, como, por exemplo, o par *língua/linguagem* do português, em contraponto à forma indistinta *language*, em inglês.

Enquanto fatos sociais e históricos, as línguas representam uma somatória de várias tradições. São, portanto, multifacetadas. Assim, o vínculo entre o código lingüístico em si e determinada visão-de-mundo não é absoluto, não é uniformizante, não é estável e perene, mas varia e se reconfigura a toda hora, no tempo e nos espaços coletivos e individuais (Aubert, 1993).

A adoção, quer como matriz para a reflexão lingüística ou como quadro referencial teórico para a investigação e a normalização terminológicas, de qualquer uma dessas vertentes em detrimento da outra, resulta em uma postura unilateral e, de princípio, falseadora

¹ Essa constitui tipicamente uma situação propensa a ensejar alterações diacrônicas na língua.

da realidade, com conseqüências menos felizes para os resultados da reflexão e/ou da investigação. Parece, com efeito, mais realista – embora operacionalmente mais complexo – entender que as línguas – e cada língua em particular – incorporam em si ambos esses aspectos. Ou seja, uma língua deve ser vista, simultaneamente, como conjunto de virtualidades, de potencialidades *e* como fato sócio-histórico.

Prova deste fato, desta duplicidade da natureza das línguas, encontra-se nas experiências da terminologia e da tradução. Fosse a língua tão somente – ou essencialmente – a ferramenta das virtualidades, a criação neológica não conheceria restrições, nem haveria impedimentos ou dificuldades para a tradução que não pudessem ser superados com qualquer dicionário bilíngüe minimamente abrangente. Fosse, por outro lado, a língua tão somente repositório da tradição, do uso consagrado, a criação neológica e a padronização terminológica seriam extremamente limitadas em seu alcance, sem possibilidade de se constituírem em instrumentos efetivos de organização conceptual e denominativa das diversas especialidades. E a tradução interlingual sequer seria concebível. Ora, nenhuma destas imagens coincide, claramente, com a nossa vivência empírica nesses campos de atividade da linguagem.

No caso específico do trabalho terminológico, a criação neológica e o reordenamento conceptual e denominativo que caracterizam os esforços de padronização das linguagens de especialidade fazem-se possíveis com base nas virtualidades do código lingüístico e na instabilidade desses mesmos códigos. Esses dois fatores facultam não apenas a criação por assim dizer “nativa”, isto é, empregando elementos presentes no próprio código, como também a inserção de elementos de origem externa a esse código (empréstimos, decalques e traduções literais a partir de outras matrizes lingüísticas: inglês, francês, grego, latim, etc.). Mas os aspectos atinentes à natureza sócio-histórica das línguas colocam o problema da aceitabilidade dessa criação e desse reordenamento. A comunidade de usuários das linguagens de especialidade, tanto quanto a comunidade e a língua em geral, não constitui um todo uniforme, mas se subdivide em gru-

pos variados, com necessidades, pressupostos e motivações também variados (por exemplo, o engenheiro de projetos, o operário, o publicitário, o distribuidor, o mecânico da assistência técnica, o consumidor). Assim, o que é facilmente aceitável para o engenheiro pode afigurar-se como rebarbativo para o operário e totalmente inadequado para os propósitos do publicitário. É, portanto, fatal que as diferenças de ordem sócio-cultural, aliadas àquelas vinculadas ao ponto-de-vista e à motivação, venham a gerar usos lingüísticos distintos, introduzindo, deste modo, a variação terminológica, a parassinonímia portadora de marcas das especificidades sóciolingüísticas. E toda intervenção lingüística, uma vez efetivada, passa a sujeitar-se às vicissitudes sócio-históricas da comunidade e da língua no seio das quais a intervenção foi efetivada, ou seja, torna-se sujeita às instabilidades, às mutações e às transformações, no tempo e nos espaços (geográfico, social, situacional e individual) em que as terminologias são empregadas.

Aceitas as ponderações que precedem, percebe-se que a natureza da linguagem humana impõe algumas limitações à terminologia padronizadora, ao mesmo tempo em que abre perspectivas para outras vertentes de estudos terminológicos.

A padronização e a neologia são sempre possíveis, mas a neologia aparecerá freqüentemente como um derivativo não planejado, ou seja, como algo nascido de uma “geração espontânea”, como algo não previsto no quadro de um esforço padronizador, configurando-se, antes, em desvio ou oposição a tal esforço. A padronização se faz, é bem verdade, necessária, pois a homonímia e a parassinonímia podem fugir do controle social e frustrar a interinteligibilidade dos usuários, tanto em situação monolíngüe quanto, com maior razão, em situação bilíngüe (tradução técnica e contextos similares). Mas tal esforço enfrentará sempre a necessidade de renovação periódica, de adequação às cambiantes realidades sociais, econômicas, antropológicas e políticas e aos avanços científicos e tecnológicos.

Assim, a ciência e a prática terminológicas deverão buscar, complementarmente, outros caminhos. Uma adequada compreensão das linguagens de especialidade somente se pode dar a partir do en-

tendimento de que os termos não existem em isolamento, nem derivam sua existência apenas de um arcabouço lógico-conceitual, mas se manifestam, circulam e exercem sua função em situação, em uso efetivo.

A situação ou uso, por sua vez, remete a pelo menos duas dimensões igualmente relevantes: a textual e a social. Tipologias textuais distintas impõem e oferecem parâmetros e potencialidades também distintos de expressão lingüística, em todos os planos da linguagem, inclusive em seu componente lexical (e, portanto, terminológico). Do mesmo modo, situações sociolingüísticas diversas exigem estratégias discursivas variadas, e tal variação, novamente, manifestar-se-á nos diversos componentes e constituintes, inclusive o terminológico. Como ficou sugerido acima, o engenheiro, o operário e o publicitário, ainda que, em determinadas circunstâncias, estejam lidando com a “mesma” realidade conceptual/referencial, posicionam-se diante de tal realidade cada qual à sua maneira, manifestam, explícita ou implicitamente, necessidades e motivações distintas. Abre-se, assim, espaço para que, ao lado de uma terminologia padronizadora, se desenvolva uma vertente de estudos mais propriamente descritivos, não-intervencionistas, que poderíamos rotular de *socioterminologia*.

Referências bibliográficas

- AUBERT, F.H. (1993) *As (in)fidelidades da tradução*. Campinas, Edunicamp.
- JAKOBSON, R. (1969) Aspectos lingüísticos da tradução. In: JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix.
- MAILLOT, J. (1975) *A tradução científica e técnica*. (trad. de RÓNAI, P.) São Paulo, McGraw-Hill.

LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS E TERMINOLOGIA

*Anna Maria Marques Cintra
Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo
Marilda Lopes Ginez de Lara
Nair Yumiko Kobashi*

Introdução

A Análise Documentária compreende, no contexto do Departamento de Biblioteconomia da ECA, uma Linha de Pesquisa no nível de Pós-Graduação e uma Especialidade ao nível do ensino de Graduação. A área caracteriza-se, fundamentalmente, por abordar os problemas teóricos, metodológicos e operatórios presentes na análise, síntese e representação de conteúdos de documentos, para fins de recuperação de informação. Desse modo, cabe à Análise Documentária propor métodos e instrumentos adequados para a extração de conteúdos de documentos tendo em vista a elaboração de múltiplas representações face às diferentes demandas de informação.

Atualmente, membros dessa Linha de Pesquisa vêm desenvolvendo pesquisas que visam estabelecer procedimentos que dêem conta simultaneamente da flexibilidade necessária para o tratamento da informação e do controle terminológico imprescindível para a indexação e recuperação eficientes. Desse modo, as investigações em curso referem-se tanto à elaboração de linguagens documentárias

quanto à determinação de procedimentos específicos de construção de produtos documentários.

Os textos de especialidade e as linguagens de indexação

No âmbito da Análise Documentária, os textos, ou seja, os objetos produzidos por uma dada comunidade discursiva, são submetidos a dois tipos básicos de tratamento: a condensação e a indexação.

Na modalidade condensação, o texto é desestruturado de modo a permitir que certos fragmentos, organizados sob a forma de um novo texto, reconstruam potencialmente o sentido do original. Esse produto é o *resumo documentário*, elaborado no sistema semiótico do texto original. Sendo assim, resumo e texto compartilham a mesma linguagem.

No caso da indexação, o processo de tratamento implica outros procedimentos de análise e de coleta de dados. Para caracterizar o assunto global do texto ou, em certos casos, para destacar dados factuais ou conceitos nele presentes, utiliza-se um código comutador denominado Linguagem Documentária. A informação é, neste caso, expressa através dos elementos de um código exterior ao texto submetido à análise, supondo, portanto, um procedimento de tradução.

A Linguagem Documentária – normalmente composta por um conjunto limitado de termos denominados “descritores” – prescreve as formas de entrada e de busca a serem utilizadas pelo indexador ou pelo usuário, num sistema documentário. Por ser assim constituído, tal instrumento integra elementos resultantes de escolhas feitas em um universo lexical amplo. Suas unidades têm origem tanto em Linguagens de Especialidade, como na linguagem de uso corrente e nas Terminologias de área.

Tradicionalmente, a função das Linguagens Documentárias para o tratamento da informação dá-se no âmbito de categorias de

assunto; isso porque não há como operar, documentariamente, a especificidade das apropriações individuais consubstanciadas no texto através de linguagens de intermediação.

Nesse sentido, a concepção de representação, necessariamente implícita numa Linguagem Documentária, remete à possibilidade de operacionalização de classes ou categorias de assuntos reconhecíveis pelos usuários. Através de Linguagens Documentárias, portanto, não se recupera a dinâmica do sentido de textos individuais. Dito de outra maneira, representam-se via Linguagens Documentárias, assuntos, classes de assuntos, mas não textos individuais. Para representar documentariamente textos individuais, elaboram-se os resumos que, como vimos, mantêm vínculos mais estreitos com os textos originais.

Além disso, como nem sempre as Linguagens Documentárias são construídas com o rigor necessário, a remessa a assuntos e classes de assuntos acaba sendo aleatória. Quando muito, reportam a significados lingüísticos registrados em dicionários, já que não se tem assegurada a referência a um sistema de conceitos e de noções definidos.

Formalmente, os sistemas de classificação apresentam uma estrutura operatória de conjunto, formada por um encaixe hierárquico de classes e de elementos disjuntos. Não é mera justaposição de classes elementares, pois comporta, enquanto totalidade, sua estrutura formal própria e suas leis de composição de conjuntos. Nesse sentido, ao operar com um sistema dessa natureza, é preciso analisar o princípio de inclusão e de disjunção das classes pertencentes ao mesmo nível hierárquico, bem como o modo dicotômico de caracterizá-las (equivalência, semelhança, assimetria, transitividade etc...).

Semelhante forma estrutural determina a *extensão* das classes, evidenciando que o procedimento consiste em integrar elementos às classes, independentemente da compreensão das mesmas. Para a obtenção desta última – a compreensão – concorre o sistema conceitual, muitas vezes ausente ou de organização precária no desenvolvimento do processo documentário. Não raro, as unidades

constitutivas da Linguagem Documentária funcionam apenas como elementos de substituição, caracterizando a indexação como um procedimento restrito à palavra.

De fato, a associação de sistemas conceituais ao formalismo das classes evidencia que as hierarquias constituem uma operação e não uma formalização que deve ser seguida de maneira irrefletida. Pode-se, desse modo, caracterizar a classificação como uma hipótese de organização dos objetos e não como uma ordem única e pré-determinada.

Tal hipótese supõe, além da noção de classe que lhe é própria, a de conjunto, propondo a reunião de elementos a partir de propriedades comuns, ou ainda a reunião de elementos pertencentes a conjuntos diferentes mas, apesar disso, suscetíveis de manterem certas relações. Assim, a classe dos homens pode ser descrita como o conjunto de elementos que possuem determinadas propriedades (relações de co-humanidade) e que mantêm entre si certas relações (altura, tamanho do cérebro, inteligência etc...). Essas propriedades e relações são redutíveis: o genérico ou o todo é a diferença qualificada relativa à classe, expressa pela conjunção do conjunto de propriedades, e os elementos ou partes constituem-se progressivamente pelas diferenças parciais, ou disjunções no conjunto.

É preciso observar, ainda, que a noção de relação, imprescindível para a *compreensão* das noções envolvidas na formulação das classes, supõe a proposição de conceitos simultaneamente precisos e não-ambíguos. Isso porque, sob o ponto de vista sintático uma linguagem construída – como os sistemas de classificação – apresenta expressões calcadas em gêneros fixos. As ambigüidades surgem das circunstâncias em que o gênero sintático não se encontra definido de maneira rigorosa e para neutralizá-las é necessário recorrer a sistemas de referência ou sistemas nocionais de natureza terminológica.

O trabalho documentário, nesse sentido, supõe um diálogo constante com a Terminologia. O termo (unidade terminológica), ao associar denominação e noção, constitui uma unidade referencial. Na Terminologia, uma palavra designa um determinado objeto porque opera

com propriedades e características, remetendo a determinados universos de valores consubstanciados nos discursos de especialidade.

A Terminologia tem como objetivo organizar e harmonizar as noções ou conjunto de noções dos domínios específicos do conhecimento. Através de procedimentos sistemáticos seleciona e/ou cria termos para as noções, relacionando-os através de definições. Obtém-se, desse modo, repertórios ou listas de termos especializados de um domínio particular, acompanhados de definições que remetem o termo ao seu referente. Tais listas apresentam-se como classificações científicas conceituais, podendo ser reagrupadas segundo uma classificação alfabética ou temática. Desse modo, as terminologias exercem a função comunicativa. Destinam-se à consulta de especialistas, servindo de intermediárias entre o referente ou a realidade dos objetos e os utilizadores.

Pelos motivos assinalados, as unidades terminológicas – denominadas **termos** – apresentam um conceito específico e relacional, definindo-se como unidades **monorreferenciais**.

De um modo geral, a produção de classificações conceituais compete estritamente à Terminologia Descritiva, razão pela qual a operação de construção de linguagens documentárias supõe, necessariamente, o recurso a esses instrumentos terminológicos. Existe, portanto, uma relação de pressuposição não recíproca entre a Terminologia Descritiva e a Linguística Documentária. Desse modo, a elaboração de Linguagens Documentárias deve supor, via de regra, o recurso a dicionários terminológicos.

Por outro lado, sendo a normalização dos signos documentários necessária para o tratamento e a recuperação da informação, impõe-se também estabelecer procedimentos de normatização. De fato, o recurso à Terminologia normativa é essencial, uma vez que propõe parâmetros gramaticais e semânticos de normatização.

Assim sendo, as Terminologias compõem inicialmente o *universo referencial* das Linguagens Documentárias. No decorrer da elaboração destas últimas, entretanto, tal universo deve ser ampliado, de modo a integrar as linguagens de especialidade e a linguagem natural, sistemas esses utilizados pelos usuários.

Nesse quadro, as Linguagens Documentárias definir-se-iam como classificações intermediárias, já que responderiam pela sistematização de ao menos três paradigmas designacionais: a linguagem de especialidade (núcleo de idéias), as classificações científicas e suas definições (terminologias de áreas) e a linguagem natural.

Referências bibliográficas

- CINTRA, A.M.M.C. (1987) Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília, IBICT, p. 29-38.
- _____. (1993) Do termo ao descritor: estudo exploratório. *Revista Comunicações e Artes*. São Paulo (no prelo).
- FELBER, H. (1984) *Manuel de terminologie*. Paris, UNESCO, INFOTERM.
- KOBASHI, N.Y. (1989) Análise documentária: considerações sobre um modelo lógico-semântico. In: CUNHA, I.M.R.F. *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo, FEBAB, p. 45-58.
- _____. (1989) Análise documentária: tipologias discursivas. In: CUNHA, I.M.R.F. *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo, FEBAB, p. 31-44.
- LARA, M.L.G. (1993) *A representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo, ECA/USP. Dissertação de Mestrado.
- MOIRAND, S. (1992) *Quelles descriptions linguistiques pour enseigner les discours spécialisés*. Paris, Université de la Sorbonne Nouvelle.
- RONDEAU, G. (1984) *Introduction à la terminologie*. Québec, Gaëtan Morin Éd.
- SWALES, J.M. (1990) *Genre analysis-English in academic and research settings*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TÁLAMO, M.F.G.M. et al (1992) *A interface análise documentária, linguística documental e terminologia*. Trabalho apresentado no III Simpósio Iberoamericano de Terminologia. 1 a 5 de dezembro de 1992. Espanha.
- _____. (1992) Instrumentos de controle terminológico, limites e funções. In: *Simpósio Latinoamericano de Terminologia*, v. 2, Brasília, IBICT, Paris, União Latina.
- _____. (1993) A contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. *Ciência Informação*, v. 21, n. 3, p. 197-200.

DICIONÁRIO, VOCABULÁRIO, GLOSSÁRIO: CONCEPÇÕES

Maria Aparecida Barbosa

Introdução

Ao abordar a questão da tipologia dos textos lexicográficos, Haensch (1982) mostra, com muita propriedade, os problemas teóricos e práticos que surgem, quando das tentativas de classificação de tais obras, ressaltando alguns elementos determinantes dessas dificuldades: primeiramente, ao lado dos critérios lingüísticos, verifica-se a influência de fatores históricos e culturais, na origem e desenvolvimento dos diferentes tipos de dicionários; em segundo lugar, observa-se a combinação de critérios pertencentes a categorias totalmente diversas de classificação. Daí decorre a necessidade de levar-se em conta: a) a história da lexicografia; b) trabalhos lexicográficos, terminográficos e normalizadores existentes; c) critérios teóricos, lingüísticos e pragmáticos; d) articulações desses vários critérios.

Concepções ao longo do tempo

Considerando alguns aspectos da história da lexicografia, diremos com aqueles autores, que “los términos ‘diccionario’, ‘glosario’, ‘vocabulario’, etc., de uso corriente en la actualidad, tenían en la Antigüedad un significado distinto, como bien nos lo recuerda

J. Grimm: ‘Los griegos y romanos no tenían idea de un diccionario, y las posteriores denominaciones ‘lexicon’, ‘glossarium’, ‘dictionarium’, ‘vocabularium’, usuales en sus lenguas, significan otra cosa. El lexikon (biblion) derivado de *lexiV*, y el dictionarium, derivado de *dictio*, reúnen locuciones, expresiones; el glosario interpreta voces antiguas, oscuras, contiene glosas; el vocabulario se refiere tan sólo a unos pocos vocablos, que se han recogido para estudiantes o para otra finalidad’” (Haensch, 1982).

Parece-nos oportuno assinalar, também, como o autor, na reconstrução histórica que faz da lexicografia, vai expondo a configuração conceptual de glossário, ao longo do tempo: “Volviendo a la trayectoria de la lexicografía puramente lingüística, podemos comprobar que, después que ya los griegos y romanos (por ejemplo, Varrón) y, antes de ellos, los sabios de la India, se habían ocupado de la lexicografía en sentido amplio, renació esta disciplina en los países latinos en la Edad Media, cuando la lengua vulgar ya presentaba tantas diferencias con el latín (lengua de la cultura, de la liturgia y del derecho), que se hizo necesario explicar las palabras difícilmente comprensibles por medio de glosas (...) se pueden distinguir glosas interlineales y marginales. Se conservan algunos de estos textos primitivos con glosas; por ejemplo, en España, las *Glosas Silenses* y las *Glosas Emilianensis*. Señalemos de paso que aún en la actualidad se usan, en ciertos textos escolares escritos en lengua extranjera, glosas marginales para explicar al alumno palabras y giros difíciles. Cuando las glosas aparecen en forma alfabética o sistemática, al final de un texto, hablamos de ‘glosario’. Hoy en día, el término ‘glosário’ se utiliza en lexicografía con dos acepciones distintas: Repertorio de voces destinado a explicar un texto medieval o clásico, la obra de un autor⁷, un texto dialectal, etc. Repertorio de palabras, en muchos casos de términos técnicos (monolingüe o plurilingüe) que no pretende ser exhaustivo, y en que la selección de palabras se ha hecho más o menos al azar; por ejemplo, glossário de términos ecológicos español-inglés” (Haensch, 1982).

Destacamos nesse trecho supracitado, a nota 7 do autor, em que, de certa forma, deixa transparecer a sua própria concepção do

termo *glossário*, embora tenha mostrado antes os vários significados que possui no estágio atual da língua, em que subsume, no mínimo, três feixes de significados.

Com efeito, ao comentar a primeira acepção de *glossário*, como “a obra de um autor”, faz, em forma de nota, um comentário que já direciona o significado de *glossário* para “dicionário de um texto” *lato sensu*, em nível de falar concreto. Assim diz a nota 7: “Desgraciadamente, no todas las obras lexicográficas que registran y explican el vocabulario usado por un autor o una obra literaria se llaman ‘glosarios’. Asi por ejemplo, R. Menéndez Pidal publicó un repertorio magistral de las voces usadas en el Cantar de Mio Cid bajo el título de *Vocabulario* (...) Aquí tenemos un primer ejemplo de la confusión que existe en cuanto a la terminología de las obras lexicográficas” (Haensch, 1982). Voltaremos a essa questão mais adiante, ao tratar do modelo que elaboramos sobre esse tema.

Ainda no que diz respeito à história da lexicografia, diríamos que “la denominación de ‘diccionario’ ya en sentido moderno – diferente, pues, del uso latino – se empleó primero fuera de España; por ejemplo, para el *Dictionarium latino-gallicum* y el *Dictionnaire français-latin* del grand lexicógrafo francés Robert Estienne, publicados em 1539. A partir de entonces se usan, en la lexicografia europea, los términos ‘vocabularium’, ‘dictionarium’ y también ‘lexicon’, pero, como hemos visto ya, por desgracia, estas denominaciones se aplicaran a obras de tipo muy diferente, y así surgió una gran confusión en cuanto a las denominaciones de los distintos tipos de obras lexicográficas, confusión que aún es mayor en otras lenguas (como en alemán, ‘Lexikon’, ‘Wörterbuch’, ‘Vokabular’, etc.). Esta confusión se debe al uso arbitrario de estas denominaciones por parte de los distintos autores o casas editoriales y, hasta cierto punto, también, a modas de las distintas épocas” (Haensch, 1982).

Sem o propósito de fazer uma história exaustiva das obras lexicográficas, podemos observar, no entanto, que, ainda nos tempos atuais, persiste pluralidade de denominações de um mesmo conceito de obra lexicográfica e, inversamente, pluralidade de conceitos para uma mesma denominação.

Das obras lexicográfico-terminológicas e das normalizações

Considerando o conjunto de obras lexicográficas e terminológico-terminográficas produzidas em épocas mais recentes, diríamos que não se tem muita clareza, quanto às fronteiras conceptuais, denominativas, definicionais dos tipos desses textos, não obstante o estágio avançado em que se encontram, neste fim de século, as pesquisas das ciências da palavra, nessas áreas, não obstante, igualmente, a existência de numerosos organismos e obras de normalização terminológica em diferentes países, que não conseguiram assegurar, para certos conceitos, uma terminologia da Terminologia uniforme e consensual.

No âmbito deste artigo, limitamo-nos à citação de alguns trabalhos sobre conceitos/denominações de dicionários gerais, vocabulários e glossários.

Na Norma ISO (International Standardization Organization) 1087, “Terminology/Vocabulary”, “Terminologie/Vocabulaire”, os repertórios de termos são assim definidos:

“6.2.1. **dictionary**: Structured collection of lexical units with linguistic information about each of them/6.2.1. **dictionnaire**: répertoire structuré d’unités lexicales comportant des informations linguistiques sur chacune d’entre elles;

6.2.1.1. **terminological dictionary** (admitted term: **technical dictionary**): Dictionary (6.2.1) containing terminological data (6.1.5) from one or more specific subject fields (2.2)./6.2.1.1. **dictionnaire terminologique** (terme toléré: **dictionnaire technique**): Dictionnaire (6.2.1) qui comprend des données terminologiques (6.1.5) relatives à un ou plusieurs domaines (2.2) particuliers.

6.2.1.1.1 **vocabulary** (admitted term: **glossary**: Terminological dictionary (6.2.1.1) containing the terminology (5.1) of a specific subject field (2.2) or of related subject fields and based on terminology work (8.2.)/**vocabulaire**: Dictionnaire terminologique (6.2.1.1) basé

sur un travail terminologique (8.2), qui présente la terminologie (5.1) d'un domaine (2.2) particulier ou de domaines (2.2) associés" (*ISO 1087: 1990 (E/F)*).

Note-se que na definição do termo *vocabulary*, em inglês, há, na microestrutura, a informação "(admitted term: glossary)", que não consta do correspondente verbete *vocabulaire*, em francês.

Por outro lado, esses mesmos verbetes, quando traduzidos por um dos Grupos de Trabalho da Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia (CEETT), criada no âmbito do IBICT/ABNT, assim se apresentam:

"6.2.1. *Dicionário*: Repertório estruturado de unidades lexicais contendo informações lingüísticas sobre cada uma dessas unidades.

6.2.1.1. *Dicionário terminológico* (termo tolerado: *dicionário técnico*): Dicionário (6.2.1) que compreende dados terminológicos (6.1.5) relativos a um ou a vários domínios (2.2) particulares.

6.2.1.1.1. *Vocabulário*: Dicionário terminológico (6.2.1.1) baseado num trabalho terminológico (8.2) que apresenta terminologia (5.1) de um domínio (2.2) particular ou de domínios (2.2) associados" (*Norma ISO 1087 – Terminologia – Vocabulário*, tradução de Guidi et al).

Já na versão revista e comentada por outro Grupo de Trabalho da mesma CEETT, aqueles verbetes aparecem com a seguinte redação:

"6.2.1. *Dicionário*: repertório estruturado de unidades lexicais contendo informações lingüísticas sobre cada uma dessas unidades.

6.2.1.1. *Dicionário terminológico* (termo tolerado: *dicionário técnico*): dicionário (6.2.1) que compreende dados terminológicos (6.1.5) relativos a uma ou várias áreas (2.2).

6.2.1.1.1. *Glossário* (termo tolerado: *vocabulário*): dicionário terminológico (6.2.1.1) baseado num trabalho terminológico (8.2) que apresenta a terminologia (5.1) de um domínio (2.3) ou de

subdomínios (2.4) ou de vários domínios associados” (*Norma ISO 1087 – Terminologia – Vocabulário*, revisão conceitual/denominativa por Alves et al).

Como se pode observar, contrariamente à norma original e à traduzida, essa versão muda a entrada de *vocabulário* para *glossário* e considera o anterior como termo tolerado.

Na mesma norma 1087, adaptada por outro Grupo de Trabalho da CEETT, o próprio nome da norma, que, no original, aparece como “*Terminology/Vocabulary*”, é substituído por “Terminologia – Glossário”. O verbete *glossário* é apresentado, sem o correspondente termo tolerado:

“7.2.2.1 Glossário Dicionário terminológico (7.2.2) baseado na atividade terminológica (9.2) que apresenta terminologia (9.2.2) de uma área do conhecimento (3.2) ou de áreas afins” (“*Terminologia-Glossário*”, proposto como substitutivo à tradução da *ISO 1087*, GT-1 da CEETT).

No texto de Preis, do GT-1 da CEETT, há as observações:

“O texto ‘Terminologia – Glossário’ proposto como substitutivo à tradução da ISO 1087 se justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de compatibilizá-lo com a Versão Brasileira de Princípios e Métodos da Atividade Terminológica (tradução da ISO 704), que contém, embora de forma sucinta, os princípios da Ciência da Terminologia, seguidos, além da ISO, também, pela INFOTERM e pela Escola de Terminologia de Viena e, com algumas especificidades, pelas Escolas de Terminologia de Praga e da antiga União Soviética. Não se trata, pois, de um texto novo, mas adaptado para que guarde coerência com a citada versão da ISO 704”.

O Autor, ao comentar a mudança de título da norma, na supracitada versão brasileira, assim se pronuncia: “O termo Pt Glossário, proposto pelo GT-2 como tradução para En Vocabulary, Fr

Vocabulaire na ISO 1087 (6.7.1.1.1 – texto original), parece mais adequado ao produto da atividade terminológica, visto que a definição de ‘glossário’: Vocabulário em que se explicam palavras obscuras ou referentes a **determinada especialidade técnica, científica**, etc., geralmente apenso a um livro (NBR 49/1968) já o abona. Portanto, esse termo é o que deve figurar no título por uma questão de coerência.”

Dessa citação, recorto o trecho “geralmente apenso a um livro”, que é um dos traços que nos permitem a caracterização final do conceito de *glossário*.

Em Boutin-Quesnel (1985, item 3), os repertórios lexicográficos e terminológicos que estamos examinando são definidos desse modo:

“3.1.1. **dictionnaire** Répertoire d’unités lexicales qui contient des informations de nature sémantique, notionnelle, référentielle, grammaticale ou phonétique.

3.1.1.1. **dictionnaire de langue** Dictionnaire qui contient des informations sémantiques, grammaticales et phonétiques sur les unités lexicales d’une langue.

3.1.1.1.3. **dictionnaire spécial** Dictionnaire de langue qui décrit des unités lexicales sélectionnées pour certaines de leurs caractéristiques. Ex.: dictionnaire de synonymes; dictionnaire d’argot; dictionnaire phonétique. (...)

3.1.1.7. **dictionnaire terminologique** Dictionnaire qui présente la terminologie d’un ou de plusieurs domaines. Note – Un dictionnaire terminologique qui traite d’un seul domaine comporte généralement un haut degré d’exhaustivité.

3.1.2. **vocabulaire** Répertoire qui inventorie les termes d’un domaine, et qui décrit les notions désignées par ces termes au moyen de définitions ou d’illustrations. (...)

3.1.4. **glossaire** Répertoire qui définit ou explique des termes anciens, rares ou mal connus”.

Ressalto, a respeito dessa citação, o próprio nome do dicionário, *Vocabulaire systématique de la terminologie*.

Além disso, em *Terminologia da 1. Lexicologia e Lexicografia 2. Terminologia e Terminografia*, (Lino et al s/d.), temos:

“2. DICIONÁRIO I dictionary F dictionnaire

Classificação: Lexicografia Terminografia

Definição Repertório estruturado de unidades lexicais, contendo informações lingüísticas de natureza semântica, nocional, referencial, gramatical ou fonética, sobre cada uma delas.”

“DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO I terminological dictionary F dictionnaire terminologique Sinónimo dicionário técnico

Classificação: Lexicografia Terminografia

Definição: Dicionário que apresenta os dados terminológicos relativos a um ou vários domínios” (Idem).

“GLOSSÁRIO I glossary F glossaire

Termos relacionados: dicionário vocabulário

Classificação: Lexicologia Lexicografia

Definição: Denomina-se glossário um dicionário que contém sob forma de simples definições (ou traduções) as significações das palavras raras ou pouco conhecidas.” (Idem).

“2. VOCABULÁRIO I vocabulary F vocabulaire

Classificação: Terminologia Terminografia

Definição: Dicionário terminológico, baseado num trabalho terminológico que apresenta a terminologia de um domínio particular ou de domínios associados” (Idem).

“VOCABULÁRIO CIENTÍFICO I – F vocabulaire scientifique

Termos relacionados; língua científica, língua de especialidade, terminologia

Classificação: Lexicologia Lexicografia

Definição: Conjunto de unidades lexicais (ou termos), próprias a um domínio científico, que são utilizadas por um grupo sociocultural e profissional” (Idem).

“VOCABULÁRIO DE ESPECIALIDADE I – F vocabulaire de spécialité Sinónimo: léxico de especialidade

Termos relacionados: língua de especialidade, terminologia

Classificação: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia

Definição: Vocabulário relativo a uma língua de especialidade (ex.: a economia)” (Idem).

Boulanger, por sua vez, propõe as definições:

“2. Le dictionnaire *Définition générale* Répertoire de signes, présenté dans une, deux ou plusieurs langues, rangés dans un ordre convenu (alphabétique, systématique, mixte) et donnant une série d’informations linguistiques de nature fonctionnelle (prononciation, orthographe, sens...) ou une série d’informations de nature conceptuelle sur les unités-signes qui sont l’objet d’une entrée”. (...)

* Vocabulaire “Dictionnaire terminologique monolingue, bilingue ou multilingue qui inventorie les termes essentiels relatifs à un technolecte (science, technique, art...), qui les présente en ordre alphabétique, systématique ou autre, et dont la caractéristique principale est de toujours comporter une définition pour chaque entrée rédigée dans une, deux ou plusieurs langues” (Boulanger, 1995).

“2.2. Le dictionnaire de langue (DL)

2.2.1. Le dictionnaire général monolingue (DGM)

Le DGM recense des informations linguistiques fonctionnelles (phonétiques, lexicais, historiques, sémantiques, grammaticales, syntaxiques...) sur les mots d’une langue.” (...)

“2.2.3. Le dictionnaire spécial (DS) Le DS recense des unités lexicais sélectionnées pour faire valoir une ou deux caractéristiques

spécifiques au plan fonctionnel ou sémantique. L'information fournie est toujours du même type, contrairement au DGM et au DLing” (Idem).

Faulstich assim concebe esses tipos de obras, do ponto de vista da Socioterminologia:

“8.13. **vocabulário** Repertório que inventoria os termos de um domínio e que descreve os conceitos designados por esses termos por meio de definições ou de ilustrações” (Faulstich, 1995).

“**glossário** 8.21.1. Repertório que define termos de uma área científica ou técnica, dispostos em ordem alfabética, podendo apresentar ou não remissivas” (...)

“8.21.2. Repertório em que os termos, normalmente de uma área, são apresentados em ordem sistemática, acompanhados de informação gramatical, definição, remissivas podendo apresentar ou não contexto de ocorrência” (Idem).

“8.21.3. Repertório em que os termos são apresentados em ordem alfabética ou em ordem sistemática seguidos de informação gramatical e do contexto de ocorrência” (Idem).

Pelas citações que fizemos, além de outras que aqui mereceriam ser arroladas, nota-se que são bastantes tênues as fronteiras entre um e outro tipo de texto lexicográfico ou terminográfico e que não há uma relação biunívoca entre conceitos e termos, ainda que sejam considerados numa área bem delimitada, como, por exemplo, o da lexicografia, ou da terminologia e da terminografia. Esses elementos parecem confirmar que, não raras vezes, obras da mesma natureza e função são classificadas de maneira diversa, segundo os critérios adotados por este ou aquele autor, fato que conduz à existência de numerosas denominações para o mesmo núcleo conceptual “obra lexicográfica / terminográfica” (Cf. *glossário, vocabulário, dicionário técnico, dicionário terminológico* etc.). Parece confirmar, ain-

da, de outro ponto de vista, a existência de conceitos muito diferentes para uma mesma denominação (Cf. *vocabulário*, no sentido de “repertório de termos” e no sentido de “dicionário de uma área”). Daí decorre, complementarmente, que um mesmo tipo de obra seja definido de modo diverso por diferentes autores e, ao mesmo tempo, tipos distintos de obras não sejam adequadamente explicitados por um mesmo autor.

Dos critérios teórico-lingüísticos e pragmáticos

Os problemas relativos à classificação ou à tipologia de obras lexicográficas e terminológicas podem ser examinados, também, segundo modelos teóricos das ciências da linguagem. Neste trabalho, pretendemos restringir-nos à caracterização de três tipos de obras, **dicionário de língua, vocabulário e glossário**, correlacionando-os ao modelo lingüístico que trata dos níveis de atualização da língua – sistema, norma(s), falar –, de acordo com o modelo de Coseriu (1978), e aquele que trata dos diferentes tipos de conjuntos/inventários lexicais – universo léxico, conjunto vocabulário, conjunto palavras-ocorrência –, conforme o modelo de Muller (1967).

Quanto aos três tipos básicos de obras acima apontados, é importante ressaltar, preliminarmente, que os chamados dicionários de língua processam as unidades lexicais da língua geral; os denominados vocabulários, dicionários terminológicos, dicionários técnicos, glossários, etc. processam vocábulos representativos de uma norma lingüística, inclusive as das línguas de especialidade; e, ainda, glossários ou vocabulários processam o vocabulário de um texto-ocorrência.

Antes de passar a essas especificidades, é interessante observar que o microsistema conceptual “tipos de repertórios de unidades lexicais” é definido pelos arquilexemas: *dicionário, obra lexicográfica ou terminográfica, texto lexicográfico e/ou terminográfico*, termos neutralizadores das diferenças estruturais e funcionais de cada

um dos tipos. É nesse sentido arquilexemático que o termo *dicionário* é concebido por muitos autores, dentre os quais citamos: Mattoso Câmara (1978,): “Dicionário – *lato sensu* é qualquer registro metódico de formas lingüísticas ou Dições, devidamente explicadas. Há dicionários gerais e especiais.”; Boutin-Quesnel (1990), que, no núcleo conceptual “répertoire lexicographique et terminologique – types de répertoire”, diz: “3.1.1. **dictionnaire** Répertoire d’unités lexicales qui contient des informations de nature sémantique, notionnelle, référentielle, grammaticale ou phonétique”.

Dir-se-ia que há uma quase unanimidade ou um amplo consenso, quanto à concepção/denominação de *dicionário lato sensu*, o que não acontece quando se trata da caracterização/denominação de tipos específicos de obras lexicográficas ou terminográficas. Como assinalamos acima, observa-se grande diversidade de concepções para um mesmo termo, diferentes termos para a mesma concepção de tais obras.

De fato, entre os dicionários gerais (A) e os específicos (B) as fronteiras parecem ser mais nítidas. Entretanto, a questão se mostra bem mais complexa, nos esforços de conceptualização/denominação de obras do tipo (B), ou seja, entre os “dicionários especiais” que registram vocabulários de normas de universos de discurso e vocabulários de discursos-ocorrências.

Como concebê-los e como denominá-los tem sido árdua tarefa. Basta lembrar, uma vez mais, a variedade de denominações utilizadas: *vocabulário*, *dicionário terminológico*, *dicionário especial*, *dicionário técnico*, *vocabulário técnico-científico*, *dicionário de língua de especialidade*, *dicionário de língua científica ou técnica* etc.

No âmbito deste trabalho, buscamos delimitar três tipos básicos de dicionários. Para tanto, podemos correlacioná-los aos diferentes níveis de abstração e de atualização lingüística, o do sistema, o das normas e o do falar concreto (Coseriu), aos conjuntos de unidades lexicais que lhes correspondem (Muller) e às unidades-padrão que os integram e caracterizam.

Retomamos e discutimos, aqui, algumas reflexões feitas em trabalho anterior (Barbosa, 1995).

Com efeito, no que tange aos níveis de abstração e de atualização, parece-nos legítimo examinar as relações que se estabelecem entre estes, alguns tipos de obras que processam a palavra e as unidades-padrão que constituem o seu objeto.

Assim, por exemplo, ao nível do **sistema** corresponde a unidade padrão lexical chamada lexema (Muller, 1968); o **dicionário de língua** tende a reunir o universo dos lexemas, apresentando, para cada um deles, os vocábulos que representam suas diferentes acepções. Os **vocabulários técnico-científicos e especializados** buscam situar-se ao nível de **uma norma** lingüística e sociocultural, têm como unidade-padrão o **vocábulo** (Muller), constituindo-se como conjuntos vocabulares, representativos de universos de discurso. O **vocabulário fundamental**, por sua vez, procura reunir os elementos constitutivos da intersecção dos conjuntos vocabulários de uma comunidade ou de um segmento social, elementos esses que são selecionados pelo duplo critério de alta freqüência e distribuição regular entre os sujeitos falantes-ouvintes envolvidos; de maneira geral, o **glossário lato sensu** resulta do levantamento das palavras-ocorrências (Muller) e das acepções que têm num **texto manifestado**.

Não obstante a clareza, a coerência e a economia do modelo acima apresentado, cremos que é preciso nuançar a concepção de glossário. Com efeito, o chamado *glossário* que se encontra ao final de uma obra é, de certa maneira, um vocabulário, já que reúne os vários empregos, ou seja, as várias palavras-ocorrências de um mesmo vocábulo, conquanto sejam essas ocorrências levantadas de um único texto. Por conseguinte, se quisermos um exemplo de palavra-ocorrência *stricto sensu*, temos de apresentá-la no contexto definido e exclusivo de uma única atualização.

Desse ângulo, um **glossário stricto sensu** seria a obra lexicográfica que apresentasse unidades lexicais extraídas de um único texto manifestado e definidas em suas significações específicas, correspondentes a cada palavra-ocorrência, no mais alto nível de densidade sêmica, sem reunir num só verbete duas ou mais palavras-ocorrências com a mesma forma de expressão. Se preferirmos, a cada palavra-ocorrência corresponderia uma entrada.

Nesses termos, por exemplo, o **dicionário de língua** considera pertinentes as variações diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas; os **vocabulários técnico-científicos** situam-se numa perspectiva sincrônica (eventualmente diacrônica), não lhes sendo pertinentes as variações diatópicas e diastráticas (ressalvados os casos caracterizados como fenômenos de socioterminologia); definem-se, contudo, por uma rigorosa perspectiva sinfásica, própria de um tecnoleto, representativa de um universo de discurso; um glossário, a seu turno, é sincrônico, sintópico, sinstrático e sinfásico.

Cumpre, pois, distinguir, um vocabulário de um glossário, por um critério qualitativo-quantitativo básico: o **vocabulário** busca ser representativo de um universo de discurso – que compreende, por sua vez, *n* discursos manifestados –, pelo menos; configura uma norma lexical discursiva; o **glossário** pretende ser representativo da situação lexical de um único texto manifestado (no limite, de uma macrotexto) em sua especificidade léxico-semântica e semântico-sintática, numa situação de enunciação e de enunciado, numa situação de discurso exclusivas e bem determinadas.

No tocante à estruturação semântico-sintática (Pais, 1984), o **lexema**, ao nível de sistema, apresenta maior número de semas lexicais e gramaticais em seu semema polissêmico ou polissemêmico (sobressemema(s)); essa polissemia ampla permite sua atualização em grande número de contextos; o **vocabulo** de determinada norma sofre restrições semântico-sintáticas, correspondentes às constantes e coerções de um universo de discurso (semema); a **palavra-ocorrência** sofre ainda maior restrição (significação específica do texto) mas, ao mesmo tempo, recebe acréscimos da combinatória dos semas conceptuais, no percurso sintagmático (epissemema). Desse modo, à medida que o semema de língua se restringe, no processo de atualização, aumenta o grau de previsibilidade semântico-sintática. Verifica-se, pois, que todas as noções acima examinadas não são absolutas mas relativas a, pelo menos, três aspectos: a) às variações, diatópicas, diastráticas, diafásicas; b) aos níveis de atualização da língua – sistema, norma(s) e fala –; c) às coerções que os universos de discurso exercem sobre o delineamento das unidades lexicais.

Observe-se, por exemplo, o lexema *voar*, em português do Brasil, com seu semema polissemêmico, ao nível de sistema, e que se distribui em três significados mais especializados: o “voar” do pássaro, o “voar” da máquina, o “voar” como “sonhar”, correspondentes, assim, a três vocábulos, ou, se preferirmos, a três sememas ligados ao mesmo sobressema. Entretanto, essa mesma unidade lexical, considerada no discurso da aviação, deve ser analisada como um vocábulo monossemaico, termo técnico-científico, que constitui uma marca daquele discurso: “voar da máquina, exclusivamente”. Esse vocábulo sofre, por sua vez, restrições semânticas em diferentes contextos intra-universo de discurso e, ao mesmo tempo, enriquece-se com semas contextuais provenientes da combinatória sintagmática: *vôo rasante*, *vôo cego* etc.

Dessa maneira, temos:

Sistema	D1	UD2	UD3...
<i>voar</i>	<i>voar</i>	<i>voar</i>	
lexema	vocábulo1	vocábulo2	
polissêmico	polissêmico	polissêmico	
polissemêmico	monossemaico	monossemaico	

A propósito, ainda, das coerções (*contraintes*) que os distintos universos de discurso exercem sobre a unidade léxica, sua forma semântica e sua forma sintática, observem-se, por exemplo, os lexemas *pena*₁ e *pena*₂, bem como os vocábulos que lhes correspondem, no português do Brasil.

Virtualmente, ao nível do sistema, a mesma expressão /*pena*/ pode significar, dentre outras coisas: a) cada uma das peças que revestem o corpo das aves; b) instrumento de escrita; c) pequena lâmi-

na para escrever... (lexema1); d) castigo, punição; e) dó; f) mágoa, tristeza... (lexema2). Entretanto, ao nível de uma norma, se considerarmos o universo de discurso jurídico, por exemplo, notaremos, de um lado, a restrição semântica que limita o vocábulo ao significado de “punição” e torna não pertinentes os demais significados acima apontados, e, de outro, a restrição sintática, eis que já ficam excluídas funções como [diminutivo], [aumentativo], [aposto], [vocativo] etc.

Essa mesma relativização se observa no processo de passagem da polissemia para a monossemia. Em tese, no percurso do sistema para o discurso (Barbosa, 1992), a unidade lexical perde traços semânticos polissêmicos e/ou polissemêmicos e tende à monossemia. Contudo, a natureza de um universo de discurso pode contrariar esse princípio e exigir que a unidade lexical, em dado discurso-ocorrência, seja polissemêmica. É o que ocorre, por exemplo, com unidades lexicais no discurso publicitário, cujo significado se estrutura em vários feixes semânticos, de modo a provocar leituras diversas, ou mesmo, assinalar uma ambigüidade.

O conjunto de todas essas complexas relações pode ser assim esquematizado:

Níveis de atualização	Conjunto de unidades lexicais	Unidades padrão	Estatuto semântico -sinótico das unidades padrão	Tipo de obra lexicográfica	Microestrutura	Macroestrutura	Sistema de remissivas
Sistema	Universo léxico	Lexema	Forma semântico-sintática ampla (sobresemema polissemático)	Dicionários de língua	Artigo = [+ Entrada (lexema) + Enunciado lexicográfico (+ Par. Inf. 1 (pronúncia, abreviatura, categoria, gênero, número, etimologia, homônimos, campos léxico-semânticos, etc.) + Par. Definicional (acepção, acep., ... acep.) +/- Par. Pragmático, +/- Par. Inf. 2, Par. Inf. n) +/- Remissivas da cadeia interpretante de língua] Lexema _n = [V ₁ , V ₂ , ... V _n (acepções)]	Lexema ₁ = [V ₁ , V ₂ , ... V _n (acepções com núcleo sêmico comum)] Lexema ₂ = [V ₁ , V ₂ , ... V _n (acepções)]	Remissivas da cadeia interpretante de língua
Normas	Conjuntos vocabulários ou Conjuntos terminológicos	Vocabulo Termo	Forma semântico-sintática Restria e caracterizada de um universo de discurso (semema de UD)	Vocabulários fundamentais Vocabulários técnico-científicos Vocabulários especializados	Artigo = [+ Entrada (vocabulo) + Enunciado lexicográfico (+ Par. Inform. 1 (pronúncia, abreviatura, categoria, gênero, número, etimologia, área, domínio, subdomínio etc.) + Par. Definicional (acepção específica da área científico-tecnológica ou de um falar especializado) +/- Par. Pragmático (exemplo de emprego específico daquela área) +/- Par. Inform. 2 (frequência, normalização, banalização/vulgarização/popularização, etc.) ... +/- Par. Inform. n) + Remissivas (relativas ao Universo de Discurso em questão)].	Vocabulo ₁ = acepção restrita e caracterizadora de um UD Vocabulo ₂ = acepção restrita e caracterizadora de um UD Vocabulo _n = acepção restrita e caracterizadora de um UD	Remissivas relativas ao Universo de Discurso
Falar	Conjuntos-ocorrência	Palavra	Forma semântico-sintática específica de um ato de fala, de um discurso manifestado (epissemema)	Glossário	Artigo = [+ Entrada (palavra-ocorrência) + Enunciado Lexográfico (+ Par. Inform. 1 (categoria, gênero, número, pronúncia, etimologia, etc.) + Par. Definicional (sentido da palavra naquele discurso concreto) - Par. Pragmático, +/- Par. Inform. n, +/- Remissivas (circunscritas ao texto em questão)]. de um discurso manifestado	Palavra ₁ = acepção específica de um discurso manifestado Palavra ₂ = acepção específica de um discurso manifestado Palavra _n = acepção específica	Remissivas circunscritas ao texto do discurso manifestado

Nessas condições, o **lexema**, enquanto unidade-padrão do dicionário de língua, tem um significado abrangente, estruturado como um sobressemema polissemêmico que contém semas relativos a diferentes *topoi*, *chronoi*, *strata* e *phasei*, ou, se, preferirmos, resulta da recuperação de normas semânticas diversas, das variações diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas; compreende vários vocábulos correspondentes a distintas acepções, que, no entanto, mantêm uma intersecção, isto é, um subconjunto semêmico definido como núcleo sêmico. Trata-se de unidade de sistema, *in absentia*.

O **vocábulo** e/ou **termo**, por sua vez, como unidade-padrão de um vocabulário técnico-científico ou especializado, por exemplo, tem um significado restrito e caracterizador de um universo de discurso, estruturado como semema que tende à monossema e que contém semas que podem relacionar-se a vários *topoi*, *chronoi*, *strata* mas são específicos de uma *phasis*. Resulta da recuperação de ocorrências relacionadas a uma norma discursiva, para cuja configuração contribui. É um modelo de realização, uma classe de equivalência de **n** palavras concretamente realizadas em textos-ocorrências integrantes do universo de discurso em causa. Trata-se de unidade de norma, *in absentia*.

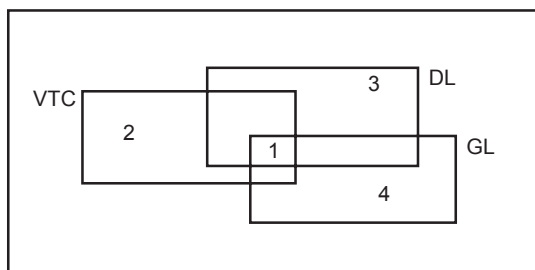
A **palavra**, enfim, enquanto unidade-padrão do glossário, tem significado específico, estruturado como epissemema – daquela ocorrência, naquela combinatória – relacionado a um *chronos*, a um *topos*, a um *stratum* e a uma *phasis*. Trata-se de unidade de um discurso manifestado, *in praesentia*.

Dessa maneira, o **dicionário de língua** tende a recuperar, armazenar e compilar lexemas efetivos, de frequência regular, integrantes de diferentes normas; o **thesaurus linguae** propõe-se a compilar lexemas de alta, média, baixa e ínfima frequência, de distribuição regular ou irregular entre os falantes, relativos a todas as variações diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas; o **vocabulário técnico-científico/especializado** deve recuperar, armazenar vocábulos de um universo de discurso, enquanto elementos configuradores de uma **norma discursiva**, ou seja, vocábulos de alta frequência e distribuição regular, restritos a uma *phasis*, que **podem**, eventual-

mente, relacionar-se a vários *topoi* e *strata*; o **vocabulário fundamental** deve recuperar vocábulos de **alta frequência** e **distribuição regular** entre os falantes-ouvintes, **comuns** a vários *topoi*, *strata*, *phasei* (quando se trata do vocabulário fundamental de uma língua), ou, então, restritos a um *topos*, ou a um *stratum*, ou a uma *phasis* (quando se trata do vocabulário fundamental de uma região, de uma classe social ou de um universo de discurso), sempre definidos como elementos pertencentes ao **conjunto-intersecção** de subconjuntos de um universo léxico; o **glossário**, no sentido em que aqui o empregamos, **deve** recuperar, armazenar e compilar palavras-ocorrências de um *chronos*, de um *topos*, de uma *phasis*, ou, noutros termos, extraídas de um único discurso concretamente realizado.

Considerando o que dissemos acima, a respeito do termo *dicionário lato sensu*, como termo arquilexemático e neutralizador das diferenças entre os vários tipos de obras lexicográficas e terminográficas e, ainda, as especificidades que vimos de apontar, dos dicionários de língua, vocabulários técnico-científicos, vocabulários fundamentais e glossários, temos o esquema:

Dicionário



onde:

- 1 = recuperação, armazenagem, compilação de unidades lexicais
- 2 = uma única *phasis*; vários *topos*, *strata* possíveis
- 3 = vários *topoi*, *chronoi*, *strata* e *phasei*
- 4 = *chronos*, *topos*, *stratum* e *phasis* de um texto-ocorrência

Algumas reflexões complementares a propósito das obras

Com Rey-Debove (1971), diríamos que “le dictionnaire de langue, monolingue, présente la description lexicale d’un système de langue à ceux-là mêmes qui l’utilisent quotidiennement. Certes, la connaissance du système est inégale chez les usagers” e, em Boutin-Quesnel (1985, item 3.1.1.1), encontramos a definição “Dictionnaire de Langue Dictionnaire qui contient des informations sémantiques, grammaticales et phonétiques sur les unités lexicales d’une langue”.

No que concerne a vocabulário, aqui entendido como denominação de um tipo de obra, temos a proposição de Boutin-Quesnel (1985, item 3.1.2): “Vocabulaire Répertoire qui inventorie les termes d’un domaine et qui décrit les notions désignées par ces termes au moyen de définitions ou d’illustrations”.

Quanto a glossário, vale citar as ponderações de Rivera Dominguez (1985): “Así, se emplean para referirse a la misma problemática en lexicografía términos como léxico, vocabulario, diccionario y glosario. Sin embargo, existen realmente diferencias entre ellos (...) Una de esas diferencias radica en considerar el nivel lingüístico del que forma parte el corpus estudiado. Si el dato se basa en la lengua, tendremos diccionarios y léxicos, pero si el corpus pertenece al habla, resultarán vocabularios y glosarios (...) Léxico y diccionario por un lado, vocabulario y glosario por el otro, pueden definirse también si se considera la delimitación del corpus empleado para el análisis. El vocabulario y el glosario están limitados por las peculiaridades del habla (...) Finalmente, podemos diferenciar los términos atendiendo a si el análisis del corpus ha sido exhaustivo o no y si se han seleccionado las ocurrencias atendiendo a algún criterio específico. (...) Por otra parte, léxicos y diccionarios son obras de codificación y vocabularios y glosarios de descodificación”.

Importa lembrar, igualmente, as reflexões de Crispim (1990): “A realização do glossário de uma obra medieval participa de algumas dificuldades gerais de qualquer obra lexicográfica no que toca,

nomeadamente, à escolha das unidades sujeitas a codificação, às decisões sobre a selecção dos lemas, sobre as informações a figurar nos artigos, etc. Distingue-se, no entanto, de um dicionário geral ou de um dicionário especializado (áreas científicas, de actividade, etc.) por uma característica que o torna, simultaneamente, instrumento auxiliar de uma mais clara compreensão do texto e fonte de conhecimento de um estado de língua diferente: as unidades que o lexicógrafo selecciona e as informações gramaticais e semânticas que sobre elas são fornecidas dizem respeito a um corpus, exteriormente delimitado, que funciona como discurso individual, como exemplo de um acto de fala produzido num dado tempo e lugar. Nesta perspectiva, um glossário será “dicionário de discurso” e não “dicionário de língua”.

As concepções supracitadas, assim como a nossa própria concepção aproximam-se bastante daquela indicada por Haensch (1982): “Desgraciadamente, no todas las obras lexicográficas que registran e explican el vocabulario usado por un autor o una obra literaria se llaman ‘glosarios’”. Relaciona-se esta última à noção de *glosa* e suas decorrências: “Cuando las glosas aparecen en forma alfabética o sistemática, al final de un texto, hablamos de ‘glosario’” (Idem).

Considere-se, a esse respeito, a proposição de Boulanger (1995): “*glose*: ‘Explication, dans la marge ou dans l’interlignage d’un manuscrit latin, d’un terme latin ou d’une expression latine par un autre terme français ou par une expression française (en fait en protofrançais, en galloroman) qu’on croit mieux connue du lecteur.’ *glossaire*: ‘Liste qui regroupe, parfois de façon isolée, parfois à la fin d’un ouvrage, des mots latins avec leurs équivalents en français (galloroman)’ ”.

Considerações finais

Como pudemos observar, seja em lexicografia, seja em terminografia, estamos longe, ainda, da consolidação de um consenso

conceptual e denominativo, em torno de obras lexicográficas ou terminográficas. Levantamos, neste artigo, algumas concepções que poderiam, talvez, auxiliar nas reflexões sobre a delimitação de tais conceitos e denominações.

De toda maneira, para a terminografia, enquanto fazer, parece desejável certa normalização desses conceitos e denominações, já que, na área tecnológica, semelhante normalização é requerida e favorece a comunicação entre especialistas.

Contudo, na área científica – aí incluídas a lexicologia e a terminologia –, enquanto construção do saber, uma normalização excessivamente rigorosa, limitadora e determinante constituir-se-ia em fator perturbador, nocivo ao próprio papel da ciência, como processo de investigação, de livre, ampla e profunda discussão de teorias, de modelos e de sua evolução, e que poderia traduzir-se, pois, em obstáculo ao avanço científico, assim também em constrangimento da liberdade acadêmica.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, M.A. (1992) O percurso gerativo da enunciação, a relação de equivalência lexical e o ensino do léxico. *Estudos lingüísticos XXI. Anais de Seminários do GEL*, p. 258-265.
- _____. Contribuições ao estudo de aspectos da tipologia de obras lexicográficas. *Revista Brasileira de Lingüística*, v.8, p.15-30.
- BOULANGER, J.-C. (1995) *Lexicographie générale. Notes de cours*, Brasília, UnB.
- BOUTIN-QUESNEL, R. et al (1985) *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Québec, Publications du Québec – Cahiers de l'Office de la Langue Française.
- COSERIU, E. (1969) *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid, Gredos.
- CRISPIM, M.L. (1990) O léxico de Christine de Pisan. *Colóquio de Lexicologia e Lexicografia. Actas*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- FAULSTICH, E. (1995) *Base metodológica para a pesquisa em socioterminologia. Termo e variação*. Brasília, UnB.
- HAENSCH, G. et al (1982) *La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid, Gredos.

- ISO 1087-1990 (E/F) *Terminology – Vocabulary / Terminologie – Vocabulaire*. Versão original.
- ISO 1087-1990 (E/F) *Terminologia – Vocabulário* (trad. de GUIDI, G.R.S., et al), Santos, CEETT/ABNT/IBICT.
- ISO 1087-1990 (E/F) *Terminologia – Vocabulário* (revisão conceitual de ALVES, I.M. et al), São Paulo, CEETT/ABNT/IBICT.
- ISO 1087-1990 (E/F) *Terminologia – Glossário* (texto substitutivo à tradução da ISO 1087), Rio de Janeiro, CEETT/ABNT.
- MATTOSO CÂMARA, J. (1978) *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis, Editora Vozes.
- MULLER, Ch. (1968) *Initiation à la statistique linguistique*. Paris, Larousse.
- PAIS, C.T. (1984) *Ensaio semiótico lingüístico*. 2a ed. São Paulo, Global, p. 61-73.
- PREIS, R. *Glossário de terminologia* Rio de Janeiro, GT-1 da CEETT/ABNT/IBICT.
- REY-DEBOVE, J. (1971) *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. The Hague, Paris, Mouton.
- RIVERA DOMINGUEZ, L.R. (1985) El vocabulario popular religioso. La concepción popular del diablo. *Cuadernos de Trabajo*, v. 9.

ASPECTOS DO TRABALHO TERMINOLÓGICO NA EMPRESA

Danilo Alves da Cunha

O trabalho terminológico em uma empresa assume uma relevância proporcional ao seu tamanho e possui contornos variáveis, de acordo com o tipo da mesma. Sabidamente, no entanto, ele é importante em qualquer caso, pois é através desse trabalho que a empresa terá uma fácil comunicação entre administração e funcionários, destes entre si, com os seus fornecedores e com seus clientes, tendo sempre como resultante uma maior produtividade aliada à qualidade.

Foca-se neste trabalho a visão de técnico atuante na área da construção civil, com normas de terminologia feitas inicialmente para emprego como instrumentos da própria empresa que foram posteriormente transformados em normas técnicas da ABNT.

A sua atuação direta em entidades que tratam da normalização no âmbito nacional, ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, no Departamento de Normalização, e INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial como Consultor, tornaram possível serem tecidas algumas considerações sobre a evolução do trabalho terminológico (normas de terminologia) produzido e registrado no Brasil até 1990.

Antecedentes

Ao abordar-se o tema *Trabalho Terminológico na Empresa*, torna-se necessário, para um melhor entendimento, que sejam recordados alguns pontos que envolvem a NORMALIZAÇÃO de uma forma genérica.

A normalização faz parte de uma sociedade organizada, pois está presente em todas as atividades do homem civilizado – e, mesmo inconscientemente, do homem primitivo. A fala, composta de um conjunto de sons definidos (palavras), bem como as letras e números, têm para cada elemento de um determinado grupo a mesma significação; constituem-se, portanto, em um procedimento de normalização que com o passar dos tempos passou a ser, universalmente, cada vez mais conhecido e útil.

Da comunicação verbal ou escrita passando necessariamente por Gutenberg, até a confecção de produtos repetitivos, o que se viu em todos os cantos do mundo foi o surgimento das primeiras normas de produção.

Aquelas normas ditas “históricas” que tiveram uma evolução mais ou menos ao acaso, contrastam com o que se entende, hoje, por norma, resultado de um trabalho de uniformização conduzido sob princípios firmes, estabelecidos para produzir o efeito desejado, particularmente no caso de fabricação de produtos e de sua distribuição.

Esta normalização metódica passou a receber forte impulso através do rápido desenvolvimento da tecnologia, como consequência dos descobrimentos nas ciências naturais e técnicas ocorridas no período da Revolução Industrial.

A partir de 1839, ano em que Sir Joseph Whitworth concebeu uma rosca para parafuso padronizada que leva, ainda hoje, seu nome – tem-se a ocorrência de uma série de marcos históricos (quadro adiante), que possibilitaram atingir-se no mundo e particularmente no Brasil o atual estágio da normalização.

QUADRO SINÓPTICO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA NORMALIZAÇÃO

- 1839** Estabelecimento da rosca padronizada para parafuso (Whitworth)
- 1873** Surgimento das primeiras normas para chapas e fios
- 1875** Convenção Internacional do Metro em Paris
- 1876** Mevil Dewey desenvolve a classificação bibliográfica decimal
- 1877** Editada a norma sobre especificação e sobre ensaio para cimento Portland
- 1883** Fabricantes alemães criam o Formato Normalizado de Papel
- 1896** Conferência Internacional em Zurique adota a rosca SI (*Système International*), que servirá de base para prosseguimento do trabalho de normalização
- 1901** Fundação do *BESC British Engineering Standards Committee*. É criado nos Estados Unidos o *Bureau of Standards*, como Divisão do Ministério para o Comércio e Trabalho. No Japão, editam a primeira norma.
- 1904** A Classificação Decimal de Dewey é traduzida para o francês. A *International Electrotechnical Commission* (IEC) é criada em St. Louis (EUA)
- 1907** Na Suécia, cria-se a primeira norma eletrotécnica.
- 1936** Editadas as primeiras normas técnicas brasileiras sobre especificação e ensaio para cimento Portland.
- 1940** Fundação da *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT)
- 1947** Fundação da *International Organization for Standardization* (ISO)
- 1949** Fundação da *Comissão Panamericana de Normas Técnicas* (COPANT)
- 1973** Criado o *Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial* no Brasil (SINMETRO)

Objetivos da normalização

Modernamente os objetivos da Normalização, válidos para os serviços e produção, são:

- simplificação;
- intercambiabilidade;
- comunicação (facilidade);
- adoção nacional de símbolos e códigos (maior na atual fase da informática);
- economia, de modo geral;
- segurança;
- defesa do consumidor (atendimento do Código); e,
- eliminação de barreiras comerciais.

Como se pode depreender, a adoção da normalização traz benefícios para a empresa em todas as suas áreas: projeto, produção, manutenção, comercialização, administração etc. Tais benefícios são mensuráveis pela diminuição de variedades (estoques), melhor utilização de ferramentas, catalogação de produtos e materiais, simplificação do trabalho administrativo e contábil e muitos outros.

Níveis da normalização

A normalização pode ser feita em diversos níveis, a saber:

- *nível individual* – elaboração de normas escritas ou não que passam de geração a geração, por exemplo: produção de tijolos maciços de barro, em olarias;
- *nível de empresa* – uma empresa ou grupo de empresas que têm a preocupação de elaborar normas através de acordo entre seus diversos departamentos. Exemplo: PETROBRÁS;
- *nível associativo* – determinados grupos organizados de determinados setores da indústria ou comércio elaboram normas válidas para aqueles setores. Exemplo: ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland;
- *nível nacional* – organizações nacionais, reconhecidas como Fórum de Normalização, através dos quais são

elaboradas normas válidas para todo o país que as mesmas representam. Exemplo: ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas;

- *nível regional* – organismo de normalização regional – um grupo limitado de vários países – que elabora normas válidas para os mesmos. Exemplo: COPANT – Comissão Pana-mericana de Normas Técnicas;
- *nível internacional* – organismos Internacionais que tratam da elaboração de normas de setores específicos ou abrangentes, que reúnem um grande número de países membros. Exemplo: ISO – Organização Internacional de Normalização.

Setores de normalização

A normalização abrange quase todos os campos de atividades (administração pública, industrial e comercial). O quadro a seguir mostra os diversos Comitês Brasileiros existentes atualmente na ABNT, com indicação dos setores de suas atividades.

ABNT – COMITÊS BRASILEIROS	
COMITÊ	DESIGNAÇÃO
CB1	Mineração e Metalurgia
CB2	Construção Civil
CB3	Eletricidade
CB4	Mecânica
CB5	Automóveis, Caminhões, Tratores
CB6	Equipamentos e Materiais Ferroviários
CB7	Construção Naval
CB8	Aeronáutica e Transportes Aéreos
CB9	Combustíveis
CB10	Química, Petroquímica e Farmácia
CB11	Matérias-primas e Produtos Vegetais e Animais
CB12	Agricultura, Pecuária e Implementos
CB13	Alimentos e Bebidas

ABNT – COMITÊS BRASILEIROS	
COMITÊ	DESIGNAÇÃO
CB14	Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação
CB15	Hotelaria, Mobiliário, Decoração
CB16	Transporte e Tráfego
CB17	Têxteis
CB18	Cimento, Concreto e Agregados
CB19	Refratários
CB20	Energia Nuclear
CB21	Computadores e Processamento de Dados
CB22	Isolação Térmica
CB23	Embalagem e Acondicionamento
CB24	Proteção Contra Incêndio
CB25	Qualidade

Aspectos da normalização ABNT

As normas diferem quanto ao tipo, que depende do aspecto particular do assunto abordado. Estes tipos na ABNT são sete:

- Procedimento – NB
- Especificações – EB
- Método de Ensaio – MB
- Terminologia – TB
- Padronização – PB
- Simbologia – SB
- Classificação – CB

Terminologia na empresa nacional

A primeira obra de que se tem notícia que foi embargada por falta de uma Terminologia adequada foi a construção da Torre de Babel (conforme citação bíblica).

Imagina-se que hoje em dia tal fato seria impossível. Na área da construção civil, pela ocorrência de inúmeros termos regionais utilizados, muito provavelmente, a troca de operários de uma mesma obra do sul pelos do norte, faria com que ela, quando muito, sofresse algum contratempo.

Com o pequeno programa de computador apresentado no quadro abaixo, podem ser obtidos rapidamente os principais parâmetros de uma mistura de concreto:

```
10 INPUT "Resistência, fc28 =";FC
20 INPUT "Tamanho máximo, Dm=";DM
30 INPUT "Abatimento, y=";Y
40 INPUT "Fator, ff=";FF
50 INPUT "Teor de argamassa seca, ag=";AG
60 A = ff*218*Yé.1/DMé.18
70 X = 25/(FC+20)
80 C = A/X
90 MC = (1.000 - A - C/3.1)*2.65
100 M1 = AG*(MC+0)-C
110 M2 = MC-M1
120 PRINT "c="; INT (c+.5), "a="; INT (A+.5)
130 PRINT "m.c="; INT (MC+.5), "m1.c="; int(m1+.5), "m2.c=";
    int (m2+.5)
```

Uma linguagem só entendida por uma máquina!

Diferencia-se da utilizada há algumas décadas atrás quando os mesmos parâmetros eram obtidos através de demorados cálculos e com resultados nem sempre confiáveis. Este é um exemplo da aplicação da Terminologia diretamente à produção.

Em que pese existirem disposições metodológicas legais brasileiras, através das quais somos obrigados a adotar as unidades de medida baseadas no Sistema Internacional de Unidades (SI), convivemos com outros sistemas de unidades, notadamente o inglês imperial e a sua versão norte-americana, com alterações, que acabam gerando uma babelização generalizada e crescente. Para exemplificar bastariam ser citados alguns casos:

- o juiz de futebol mede a distância da falta em jardas, nunca em metros;
- as luvas dos pugilistas são pesadas em onças e não em gramas;
- os pneus dos veículos são enchidos com ar com pressão indicada em libras não em pascal;
- os televisores são vendidos pelo tamanho da tela em polegadas indicado com o sinal de aspas (“), não em centímetros.

A Comissão Especial de Unidades de Medidas – CEUME – funciona há mais de dez anos na ABNT e como resultado de seu trabalho naquele período, tem-se à disposição uma série de textos normativos (ver quadro) que tratam de Unidades de Medidas, como Terminologia, para várias áreas de atividades. Apesar de sua obrigatoriedade legal estas normas não são aplicadas ou mesmo conhecidas. Os casos apontados reforçam, a nosso ver, a importância de vocabulários técnicos onde as noções e termos, bem como suas definições, sejam normalizadas (normas terminológicas) – pois são essas normas, com efeito, que permitem assegurar os entendimentos.

Terminologias ABNT sobre grandezas e unidades de medida

- NBR 12533 – Grandezas e unidades mecânicas – Terminologia;
- NBR 12534 – Grandezas e unidades de fenômenos periódicos relacionados – Terminologia;
- NBR 12535 – Grandezas e unidades de espaço e tempo – Terminologia;
- NBR 12536 – Grandezas e unidades de físico-química e física – molecular – Terminologia;
- NBR 12537 – Grandezas e unidades de física atômica e nuclear – Terminologia;
- NBR 12538 – Grandezas e unidades de termodinâmica – Terminologia;
- NBR 12539 – Grandezas e unidades de reações nucleares e radiações ionizantes – Terminologia;
- NBR 12540 – Grandezas e unidades de acústica – Terminologia;
- NBR 12542 – Grandezas e unidades de física no estado sólido – Terminologia;
- NBR 12549 – Grandezas e unidades de luz e radiações eletromagnéticas – Terminologia;
- NBR 12552 – Grandezas e unidades de eletricidade e magnetismo – Terminologia.

Terminologia na ABNT

As normas da ABNT do tipo terminológico se destinam a definir, relacionar e/ou dar a equivalência em diversas línguas de termos técnicos empregados em um determinado setor de atividade, visando o estabelecimento de uma linguagem uniforme. De um modo geral apresentam-se de três formas distintas:

- Definições de termos
- Definições de termos e um vocabulário
- *Vocabulário (normalmente multilíngüe)*¹

¹ Qualquer outro tipo de norma que não seja a de TERMINOLOGIAS pode contar com um Capítulo de “Definições”, em que são definidos os termos que aparecem naquela norma.

As definições apresentadas em uma norma de terminologia são válidas:

- para um determinado produto (matéria-prima) produção, serviço etc. – por exemplo: Aglomerantes hidráulicos
- para um determinado setor de atividade – por exemplo: área de atuação de um determinado Comitê Brasileiro, como CB-2: Construção Civil
- para todos os campos de atividades abrangentes a todos os Comitês Brasileiros – por exemplo: Sistema de Unidades Internacional – SI.²

O número de normas de terminologia existentes na ABNT é de aproximadamente 400, concentradas nas seguintes áreas de atuação:

- eletricidade – CB-3
- mecânica – CB-4
- automóveis, caminhões, tratores, veículos similares e auto-peças – CB-5
- equipamento e material ferroviário – CB-6

Nas terminologias da ABNT, os termos e suas definições são levantados e preparados pelas diversas Comissões de Estudo (integradas ou não aos Comitês Brasileiros) que não sofrem qualquer ingerência nesta sua atividade. As diretrizes adotadas por aquelas Comissões, ao elaborarem as Terminologias, não são uniformes e não sofrem um cruzamento para levantamento das possíveis superposições, discrepâncias e incoerências (várias definições para um mesmo termo, por exemplo). Vale dizer que as normas de Terminologia da ABNT carecem de uma metodologia de sistematização que

² Esta normas são complementadas com os dicionários, vocabulários técnicos e glossários existentes.

conduzam a um trabalho terminológico com termos com definições onde esteja explicitada a normalização tanto em sua forma lexical como em seu conteúdo conceitual. A realização desta metodologia somente poderá ser possível mediante as normas que estão sendo preparadas pela Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia da ABNT.

Considerações finais

O trabalho terminológico nas empresas praticamente inexistente, a nível nacional, e o que se tem é fruto de esforços isolados de tem uma validade muito restrita , pois não é amplamente divulgado aos interessados.

Na área da ABNT o trabalho de terminologia é pequeno, e insatisfatório, devendo passar urgentemente por uma total reformulação.

Com a conclusão dos textos normativos sobre terminologia iniciados pela Comissão de Estudo Especial de Terminologia ABNT/CNPq, ter-se-á dado um grande passo para ser alcançado o objetivo pretendido nesta área da Terminologia Normalizada.

FICHA TÉCNICA

<i>Divulgação</i>	<i>LIVRARIA HUMANITAS-DISCURSO</i>
<i>Montagem</i>	Charles de Oliveira / Marcelo Domingues
<i>Mancha</i>	10,5 x 18,5 cm
<i>Formato</i>	14 x 21 cm
<i>Tipologia</i>	Times New Roman 11/13 e Arrus 13/15
<i>Papel</i>	miolo: off-set 75g/m ² capa: vergê pérola 180g/m ²
<i>Impressão da capa</i>	preto
<i>Impressão e acabamento</i>	Seção Gráfica – FFLCH/USP
<i>Número total de páginas</i>	58
<i>Tiragem</i>	500 exemplares